Projeção e Identidade Internacional do Brasil: A Multidimensionalidade do Poder Militar nas Operações de Paz[1]

Brenda de Cassia Silva Gomes[2]
Gabriela Alves de Borba[3]
Julio Werle Berwaldt[4]
Kauê Ruszkowski Pereira[5]
Leonardo Miglioranza Castagna[6]
Danielle Jacon Ayres Pinto[7]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a inserção internacional brasileira tanto no âmbito regional quanto global, bem como as possibilidades e limitações da projeção internacional seu de poder. Assim, busca-se descrever as capacidades militares do Brasil e analisar de maneira criteriosa o formato como elas vêm sendo utilizadas na construção de uma identidade internacional cooperativa. Para isso, utilizam-se as definições de poder propostas por *Joseph Nye* aliadas ao arcabouço teórico construtivista de *Alexander Wendt*, os quais adequam-se como referenciais metodológicos para a compreensão dos processos multidimensionais que passaram a ser doutrinários nas missões de paz empreendidas pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas. Sendo assim, o estudo vale-se de uma metodologia dedutiva, calcada em uma técnica de pesquisa de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Inserção Internacional, Poder militar, Operações de Paz, Soft Power, MINUSTAH, UNIFIL.

---

[1] O presente trabalho se insere dentro das atividades do Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea – GEPPIC/UFSM.

[2] Graduanda do terceiro semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

[3] Graduanda do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

[4] Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

[5] Graduando do terceiro semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

[6] Graduando do quinto semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

[7] Professora orientadora do grupo. Professora adjunta no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Ciência Política pela UNICAMP e líder do Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea GEPPIC/UFSM. Contato: danielleayres@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Enquanto potência regional, o Brasil busca formas de ampliar sua área de influência e sua capacidade decisória no cenário internacional. Entretanto, participar de grandes rodadas de negociação e possuir voz ativa demanda custos, representados, sobretudo na demonstração de que o Estado tem capacidade paracontribuir em processos de manutenção da paz, da estabilidade e da democracia no espaço internacional. Ao passo que as potências tradicionais o fazem ao projetar poder por meio da dissuasão nuclear, o Brasil vem se mostrando capaz de construir uma reputação cooperativa por meio dos valores empreendidos na formulação e execução de suas ações militares, sem que isso implique necessariamente em uma ampliação da capacidade militar tradicional que possa ser vista com desconfiança pelos demais atores.

O presente artigo busca, por meio da tipologia de *hard* e *soft power*, pensadas por Joseph Nye, aliada às percepções construtivistas de Alexander Wendt, analisar a participação brasileira nas missões de Paz das Nações Unidas, sobretudo no Haiti e no Líbano, apontando melhorias e mecanismos empreendidos para o aumento da credibilidade do Brasil como um ator capaz de promover os direitos humanos e garantir a solução de problemas endógenos em áreas de instabilidade, evitando que estes possam transbordar para outros Estados e representar uma ameaça maior. O lema *braço forte e a mão amiga*, além de ser doutrina do Exército dentro do território brasileiro, apresenta as condições necessárias para promover nossa identidade no âmbito externo e originar novas formas de cooperação interestatal.

O artigo se dividirá, portanto, em três seções. A primeira versará sobre as transformações históricas da interpretação do conceito de poder e suas variações contemporâneas. Ou seja, busca-se identificar como a concepção de poder se modifica paralelamente a mudanças estruturais do ator estatal. A segunda seção, por sua vez, analisará o que se entende por inserção internacional e, sobretudo, discorrerá acerca da importância das capacidades militares na construção de uma identidade que possibilite a inserção ativa do Brasil. Por fim, a terceira seção abordará as zonas de influência brasileiras, com enfoque nas missões de paz em que o país atuou como protagonista, e na maneira como estas atuações promoveram a inserção internacional do país. Dessa forma, o presente trabalho enquadra-se na área temática intitulada "A importância do poder militar para a inserção internacional do Brasil",uma vez que busca discorrer sobre as possibilidades, limitações e perspectivas do uso das capacidades militares brasileiras como variáveis da inserção internacional do país.

1. AS TRANSFORMAÇÕES CONCEITUAIS DE PODER E SUAS INTERPRETAÇÕES NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

A construção do conceito de poder ao longo da formação dos Estados compreendeu um processo formidável de sofisticação na capacidade decisória. Enquanto no período precedente à formação do Estado Moderno, que nos remonta aos Tratados de Westphalia[8] e a ideia de soberania - onde o interesse estatal estava na garantia da segurança dentro das fronteiras territoriais e alicerçado na construção de uma identidade interna capaz de possibilitar a coesão nacional e a delimitação de ameaças como fatores externos - e após a

[8] Desfecho da Guerra dos Trinta Anos, que compreendeu os conflitos de ordem religiosa entre Católicos e Protestantes na Europa entre 1618 e 1648. Para uma abordagem mais ampla, consultar Paul Kennedy, Ascensão e Queda das Grandes Potências (1989).

formação de um Sistema Interestatal Europeu, a problemática da anarquia passa a constranger as interações entre os Estados Soberanos. Nesse contexto, os recursos de poder eram constituídos basicamente pela capacidade militar, sendo esta utilizada como meio de intimidação aos Estados rivais a fim enfraquecer as dinâmicas características da anarquia.

Não convém aqui entrar em detalhes sobre os conflitos interestatais que ocorreram após a formação dos Estados modernos, entretanto se faz necessário apontar a Revolução Industrial e a ascensão da classe burguesa como um mecanismo causal para as transformações que viriam a ocorrer na distribuição dos recursos de poder estatais: a dimensão econômica assumiu um importante papel nas dinâmicas interacionais, angariando a diminuição da ingerência estatal, tornando-a restrita à garantia das condições para a produção. Nesse arranjo institucional, a cooperação entre burguesia e Estado permitiu a ampliação das fronteiras comerciais europeias para as colônias do sul global, garantindo o fluxo de matéria prima barata e a ampliação das zonas de influência das grandes potências europeias.

Entretanto, no momento em que se alcançaram os limites da expansão capitalista, a interdependência que possibilitou o florescimento comercial europeu, transformou-se em competição, o que colocou novamente a capacidade militar como principal recurso de poder e levou às duas Guerras Mundiais, que transpassaram todos os patamares de envolvimento Estatal e destruição que já haviam sido observados. O conceito de Guerra Total[9] desafiou todos os níveis de engajamento existentes até então, recrutando todo e qualquer recurso que pudesse ser um diferencial frente à capacidade dos Estados rivais.

Nesse sentido, ao passo que as Guerras Mundiais, sobretudo a Segunda Guerra, mobilizaram um esforço impensável até então, suas consequências também fizeram surgir um acalorado debate quanto aos limites da utilização do poderio militar, cuja evolução e capacidade de destruição também apresentou um formidável crescimento. Mesmo no posterior contexto de dissuasão nuclear e bipolaridade da Guerra Fria, os custos para a utilização de recursos militares de maneira tradicional tornaram-se muito altos para que um país pudesse bancá-los.

O período pós Segunda Guerra Mundial também ficou marcado pelo surgimento de atores não estatais, que embora não possuam recursos de poder militar (no sentido tradicional de monopólio legítimo para a utilização destes[10]), interagem diretamente com os tradicionais atores Estatais e originam relações observadas e percebidas de maneiras distintas pelos demais atores, criando um novo leque possibilidade de interpretação de decisões e percepções de ameaça. Segundo Ayres Pinto (2016, p. 95), "o poder no Estado Contemporâneo surge, sem ter pretensões de ver o Estado com o único ator do sistema, mas sim, trabalhando para adequar sua ação aos novos recursos e dinâmicas do cenário internacional".

Em um contexto de crescente interdependência, as organizações internacionais surgiram como uma parte importante das novas formas de interação interestatal, especialmente em matérias específicas (comércio, finanças, etc.) onde os Estados passaram a abdicar de partes de sua soberania, buscando a facilitação no alcance de seus objetivos. Todavia, apesar dos esforços na área de cooperação, os Estados não se mostram dispostos a abrir mão de sua soberania no que se refere à capacidade militar[11].

---

[9] Para uma abordagem mais aprofundada, ver Eric Hobsbawm, A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991 (1994).

[10] Tal qual grupos terroristas e movimentos de insurgência e beligerância

[11] À exceção do Tratado de não Proliferação Nuclear, o que pode ser compreendido pelos constrangimentos na utilização deste tipo de armamentos, sobretudo em um contexto de diversificação da agenda internacional e crescimento da importância da opinião pública. Ver Luiz Felipe Lampreia, A política externa do governo FHC:

O desafio que então se apresenta refere-se à necessidade de reinventar os meios para que se possa exercer poder, o que compreende uma nova abordagem acerca do conceito de poder e de como este é construído. Nesse debate, emerge a abordagem construtivista, onde, segundo Ayres Pinto (2016, p.125):

> [...] as ações no espaço internacional são construídas, são frutos de uma interação social determinada pelas escolhas dos atores dentro da estrutura em que estão inseridos, ou seja, o mundo é socialmente construído através da interação entre os agentes e a estrutura.

Segundo Baldwin (p.153), "a vantagem comparativa de uma perspectiva construtivista está em chamar a atenção para o papel das normas, valores, instituições, ideias, identidades e contextos culturais na análise social"[12]. A premissa construtivista de reinterpretação dos paradigmas dominantes ganha corpo quando Alexander Wendt (1992) publica a obra *"Anarchy is What States Make of It"*[13], repensando a inerência do conflito no Sistema Internacional e apontando a possibilidade de cooperação voluntária dentro do Sistema Internacional, mesmo que esta não representasse uma relação de ganhos absolutos[14], mas sim uma maximização das capacidades de sobrevivência ao aliar-se com Estados que não representem uma ameaça. Wendt conceitua esse processo como uma espécie de autoajuda no setor de segurança, onde os Estados mostram-se preocupados com a garantia da estabilidade do Sistema Internacional e dispostos a resolver imbróglios sem a necessidade do conflito direto.

Ayres Pinto (2016) apresenta então alguns paralelos entre a teoria construtivista de Wendt e as concepções liberais de anarquia, calcando-se na ideia de que determinadas regras no sistema poderiam estimular a manutenção da paz. Conforme Wendt (2014, p. 359):

> A guerra é sempre uma possibilidade lógica entre os Estados, porque a capacidade para violência é inerente à sua natureza, mas, em uma comunidade de segurança pluralista, a guerra não é mais considerada uma forma legítima de resolver disputas. Isso não evita que surjam conflitos, mas, quando surgem, eles são tratados por meio de negociação, arbitragem ou por tribunais, mesmo quando o custo material de uma guerra para um ou para ambos pode ser baixo.

Ainda delimitando a contextualização desta ressignificação da anarquia pensada por Wendt (2014), o papel de construção mútua entre agente e estrutura manifesta-se na delimitação do Estado como um agente dotado de ordem institucional-legal, monopólio legítimo do uso da coerção, soberania, sociedade e territorialidade, capaz de influenciar a estrutura anárquica por meio de sua política externa e estabelecer relações com os demais agentes, que serão uma consequência direta da percepção sobre as decisões tomadas por este Estado em um âmbito internacional.

---

continuidade e renovação (1998).

[12] Nossa tradução. No original *"The comparative advantage of a constructivist perspective lies in calling attention to the role of norms, values, institutions, ideas, identities and cultural contexts in social analysis."*

[13] Em tradução livre, "A Anarquia é o que os Estados fazem dela".

[14] A dinâmica de ganhos e perdas no Sistema Internacional está diretamente ligada aos estudos do matemático John Forbes Nash, para uma contextualização completa, ver: Pontos de equilíbrio em jogos de N pessoas (1950); O problema da Barganha (1950) e Jogos cooperativos de duas pessoas (1953) do autor John F. Nash.

Dentro da análise construtivista de Wendt, ainda devem ser explicitados os conceitos de interesses e identidades, estando o primeiro relacionado às ideias e à base material do Sistema Internacional, enquanto o segundo compreende o papel das ideias na construção da relação entre os atores. Assim sendo, segundo Wendt (2014, p.127), "o significado do poder e o conteúdo dos interesses são uma função das ideias". A construção de uma identidade é que possibilita e define como um agente transforma a estrutura na qual interage.

Portanto, em um paradigma construtivista, o poder não apenas abrange a capacidade de imposição sobre os demais agentes, mas também pressupõe a constituição de identidades, o que possibilita a obtenção de resultados esperados e a manipulação das regras que balizam as arenas internacionais de forma sutil, a fim de cooptar os demais atores a um alinhamento sem que haja contestação. O construtivismo se localiza entre o conhecimento e o poder a fim de explicar o surgimento dos interesses, que nada mais são senão elementos importantes à cada agente a fim de garantir seu poder, riqueza e influência frente ao processo político de uma sociedade (Adler, 1999, p.224-225).

Conforme já debatido acima, a abordagem construtivista do poder aproxima-se dos ideais liberais e neofuncionalistas sobre a importância da cooperação. Para o desenvolvimento deste capítulo, utilizar-se-á às perspectivas de *hard power* e *soft power*, desenvolvidas por Joseph S. Nye (2011), a fim de estabelecer mecanismos que possibilitem o surgimento e a solidificação de parcerias e instituições que possam beneficiar e fortalecer nosso objeto de estudo, no caso, o Brasil.

Nye (2011, p.11) contextualiza a importância da compreensão do poder por meio de recursos de poder, ou seja, as maneiras pelo qual este pode ser demonstrado e utilizado para obter um resultado esperado. Segundo ele, a simples posse de recursos de poder não é necessariamente a garantia de obtenção dos resultados, mas sim uma variável interveniente que precisa ser trabalhada em termos estratégicos pelo Estado a fim de ampliar sua influência em determinados contextos.

A dinâmica da obtenção destes interesses passa pelo que Nye (2011, p. 11) chama de "Poder Relacional". O poder relacional consiste na habilidade de fazer com que outros atores alterem suas preferências iniciais ou que estes sejam influenciados ainda no processo de estabelecimento de suas preferências. O desafio é, conforme apontado por Nye, conseguir converter a utilização recursos de poder em obtenção de resultados desejados.

Como ferramenta apropriada para a otimização na utilização de recursos de poder, Nye (2011, p.21) descreve o *soft power* como "a habilidade de afetar outros através de meios cooptativos de formular a agenda, persuadir e provocando uma atração positiva a fim de obter um resultado preferível"[15]. Seu funcionamento pode se dar direta ou indiretamente: no primeiro caso, as elites políticas podem ser estimuladas a sentir atração ou repulsa, e assim, direcionadas a uma decisão que leve a um resultado esperado; no segundo caso, a influência se dá sobre a opinião pública, onde esta cria um ambiente político para o debate onde se dará a consequente tomada de decisão por parte das elites governantes (Nye, 2011, p. 94)

Nye (2011, p.51) aponta três recursos de poder dos quais emanam o *soft power* de um Estado: a atratividade de sua cultura, valores políticos (enquanto percebidos em sua atuação tanto interna quanto externa) e políticas externas, este último em um contexto de legitimidade. Apesar de, em um primeiro vislumbre, a capacidade militar aparentar excluir qualquer capacidade de geração de *soft power*, Nye (2011, p.25) aponta o contrário:

---

[15]Nossa tradução. No original *"Soft Power is the ability to affect others through the co-optive means of framing the agenda, persuading, and eliciting positive attraction in order to obtain preferred outcomes."*

> Os recursos militares de poder há muito têm sido usados para prover proteção aos aliados e assistência aos amigos. Mesmo o comportamento de lutar em favor de amigos pode engendrar *soft power*. [...] os usos não coercitivos e benignos dos recursos militares podem ser uma importante fonte do *soft power* como estruturador de agendas, persuasão e atração na política mundial[16].

O fato é que, em consonância com o que aponta Nye (2011, p.29), os custos para a utilização tradicional de forças militares aumentaram exponencialmente após a maximização de seu potencial de destruição e a tensão crescente frente à possibilidade de retaliação. É fácil chegar a uma conclusão precipitada de que a dissuasão nuclear por si só aumenta os custos da utilização tradicional dos recursos militares, entretanto, armamentos convencionais também se tornam muito mais constrangedores frente a novos contextos de segurança onde as problemáticas envolvem questões identitárias. Além disso, o advento dos estudos da Paz incentiva uma cultura de desmilitarização e deslegitimação do uso na concepção tradicional dos recursos de poder militares.

Ao invés da utilização tradicional da capacidade militar, torna-se mais interessante passar a vê-la como um instrumento para a promoção da segurança do sistema e assistência para as áreas em necessidade. Segundo Nye (2011, p.49), "a força militar permanece importante pois contribui para a estruturação das políticas mundiais"[17].

A capacidade de angariar influência no âmbito internacional por meio de recursos de poder pode ser demonstrada de acordo com os modelos de reputação internacional propostos por Medeiros (2011, p. 438). Segundo a autora, "reputação de liderança é aquela que um ator possui no sistema internacional, garantida pelo respeito que os demais partícipes têm, garantida pela autonomia decisória que possui". Este modelo de reputação é próprio das grandes potências, ao delimitar como central a capacidade de tomada de decisão oriunda da possibilidade de utilização da capacidade militar de forma tradicional.

O segundo modelo de reputação proposto por Medeiros (2011) é o modelo de reputação cooperativa, baseada na credibilidade dos atores com base em seu cumprimento dos tratados que emanam do Direito Internacional, florescendo entre países com organizações internas e regimes semelhantes e tendo como objetivo a manutenção da estabilidade no sistema internacional.

É necessário frisar que os modelos de reputação propostos acima não são necessariamente excludentes, sendo que um Estado pode dispor de ambos e utilizar um em prol de outro de acordo com o contexto e a situação política em que se encontra. Entretanto, na aplicação para os países sem uma capacidade de exercer poder de forma tradicional (e em um contexto de constrangimento crescente aos Estados que a fazem), tal qual o Brasil, "a reputação cooperativa pode ser um dos poucos meios de sua incorporação no sistema internacional com alguma relevância" (Medeiros, 2011, p. 446).

A lógica de credibilidade se faz presente também em Nye (2011, p.83), que a aponta como uma das bases para a construção do *soft power*. Remontando a Maquiavel, pode ser preferível que o príncipe se faça odiado a ser amado, mas isso implica que o regime também

---

[16]Nossa tradução. No original *"Military power resources have long been used to provide protection to allies and assistance to friends. Even the behavior of fighting on behalf of friends can engender soft power. [...] Noncoercive and benign uses of military resources can be an important source of the soft power behavior of framing of agendas, persuasion, and attraction in world politics."*

[17]Nossa tradução. No original *"Military force remains important because it helps to structure world politics."*

estará em constante perigo. *Soft power* é uma ferramenta de poder capaz de construir legitimidade e concretizar uma relação de poder. Conforme Nye (2011 p.86)

> Um militarismo bem comandando pode ser uma fonte de atração, e a cooperação entre militarismos e programas de treinamento pode estabelecer redes transnacionais que aperfeiçoem o *soft power* de um país. Do mesmo jeito, a má utilização dos recursos militares pode reduzir drasticamente o soft power.[18]

Apesar das vantagens que apresenta, sobretudo quanto às possibilidades de dialogar também com os novos atores não estatais (que também – e, sobretudo – utilizam o *soft power)* a aplicação do *soft power* pode se mostrar deveras complexa para que os Estados consigam abstraí-lo e utilizá-lo como uma forma de projeção, implicando o conhecimento prévio de algumas características deste, conforme afirma Nye (2011, p. 83)

> Incorporar o *soft power* em uma estratégia de governo é mais difícil do que pode parecer inicialmente. Em primeiro lugar, o sucesso em termos de resultados está mais depende mais do ator sob o qual o *soft power* vai ser exercido do que geralmente é o caso no uso do *hard power*. O segundo problema é que os resultados geralmente levam um longo tempo, e muitos políticos e públicos são impacientes para ver um retorno imediato de seus investimentos. Terceiro, os instrumentos de *soft power* não estão completamente em controle dos governos. Mesmo que os governos controlem políticas, cultura e valores estão incorporados nas sociedades civis. O s*oft power* pode parecer menos arriscado que o poder econômico ou militar, mas geralmente é mais difícil de utilizar, fácil de perder e custoso para restabelecer[19].

O fato é que as transformações e complexificações das relações intra e interestatais implicam em novos constrangimentos ao uso do poder em um paradigma tradicional, levando à necessidade de aprimoração na formulação de políticas, mas também abre novas possibilidades de ação que podem se mostrar muito mais exitosas, sobretudo em uma análise de custos e benefícios. O poder assume um caráter muito mais próximo do apontado nos escritos de Weber (1999, p. 192), no sentido de que torna-se uma ferramenta de expansão através da criação de uma relação de dependência de um ator para com outro, onde a percepção do Estado sobre o qual se deseja exercer poder compreenda a facilidade na obtenção certos benefícios ao se alinhar (mesmo que involuntariamente) com os ideais do Estado que estará exercendo poder sobre ele. (AYRES PINTO, p.77). O papel da influência e do relacionamento mantido entre os atores passa a ser central para as dinâmicas de construção

---

[18]Nossa tradução. No original *"A well-run military can be a source of attraction, and military-to-military cooperation and training programs can establish transnational networks that enhance a country's soft power. At the same time, misuse of military resources can undercut soft power.*

[19]Nossa tradução. No original *"Incorporating soft power into a government strategy is more difficult than may first appear. For one thing, success in terms of outcomes is more in the control of the target than is often the case with hard power. A second problem is that the results often take a long time, and most politicians and publics are impatient to see a prompt return on their investments. Third, the instruments of soft power are not fully under control of governments. Although governments control policy, culture and values are embedded in civil societies. Soft power may appear less risky than economic or military power, but it is often hard to use, easy to lose, and costly to reestablish.*

de legitimidade que possibilite a utilização do *soft power* desenvolvido por Nye (2004, p.11), descrito na capacidade de controlar agendas, empreender mudanças e estabelecer preferências.

O poder que emana dos recursos militares deixa de estar restrito à neutralização de ameaças externas, ao passo que torna-se um instrumento capaz de gerar credibilidade a um Estado, no momento que este se mostra disposto a auxiliar demais membros do sistema internacional a solucionar seus problemas internos, seguindo e propagando determinados valores apreciados pelos demais atores.

A partir do arcabouço aqui apresentado, serão desenvolvidas nos capítulos seguintes as alternativas para a inserção internacional do Brasil e uma avaliação crítica das ações que já foram realizadas, apresentando uma crítica pontual ao imediatismo estratégico apresentado pelo Brasil, que se relaciona fortemente com o contexto de impaciência das elites governantes e facilidade de dissolução da capacidade de exercer *soft power,* impondo dificuldades à criação de uma reputação cooperativa que catalise a inserção e projeção brasileira.

2. INSERÇÃO INTERNACIONAL

A partir da definição e contextualização histórica do desenvolvimento conceitual do poder, torna-se claro o fato de que a capacidade de concentrar os recursos de poder tradicionalmente concebidos não basta, atualmente, para possibilitar uma inserção internacional concreta munida de autonomia e liderança. Assim, faz-se necessário um aprofundado entendimento acerca dos fundamentos que integram a inserção internacional, bem como da inter-relação entre os tradicionais e novos recursos de poder na construção de estratégias de inserção internacional.

A formulação de conceitos na área de relações internacionais tem sido, desde seu nascimento, concentrada pelo padrão cultural referencial que mantém controle hegemônico do sistema. Essa formulação de discursos tende a reproduzir a lógica hegemônica a fim de manter determinado *status quo* que beneficie alguns atores em detrimento de outros, como aponta Amado Cervo (2008, p.13)

> As teorias carregam consigo valores e veiculam interesses das nações cujos intelectuais as concebem, por mais isentas e objetivas que se apresentem. Esse fato não deve ser tomado como deprimente, porém exige leitura crítica das teorias para evitar que acentuem o fenômeno da dependência cultural entre os povos, além de assentar o mundo sobre os países que tiram proveito das relações internacionais e outros que são explorados porque se deixam explorar.

Consequentemente, o entendimento da inserção internacional é fortemente influenciado pelas construções teóricas dominantes[20], que não mostram-se necessariamente aplicáveis a todos os contextos e países. Por isso, uma inserção internacional efetiva passa pela criação de conceitos e escolas de pensamento autônomas, afastando-se da importação de construções teóricas prontas em favor de pensar a inserção internacional a partir de uma posição específica.

[20]Principalmente de cunho liberal e realista.

Dessa maneira, a proposta do trabalho não busca estabelecer a inserção internacional a partir de uma lógica de dominação[21], mas sim como algo que pense uma posição de influênciadecisória ao país, visando o alcance de uma condição ativa e autônoma nos principais fóruns de decisão mundiais. E isso só é possível com a formulação de conceitos e teorias próprias, que corroborem os interesses nacionais advindos da relação co-construtiva entre Estado e sociedade.

Os interesses do Estado ligam-se diretamente à noção de poder, visto que o poder (e a forma como ele é usado) serve de alicerce para a contemplação desses interesses. De acordo com Wendt (2014, p. 96) "o significado do poder e o conteúdo dos interesses são uma função das ideias", e a relação pode ser tudo o que os agentes fizerem dela (WENDT, 2014). As capacidades materiais, então, passam a ter significado a partir de construções ideacionais, ou seja, são elas que moldam a finalidade das capacidades, se serão violentas ou não. Como afirma Tannenwald (2005, p. 19): "o mundo material é indeterminado e interpretado num contexto de significação mais amplo". Assim, a partir da ótica construtivista, as ideias definem o significado do poder material.

Entende-se que a importância da capacidade material (militar) jamais deve ser minimizada, pois ela é uma variável que pode impulsionar a inserção internacional de diversas maneiras. O que procura-se apresentar aqui é de que forma essa capacidade pode ser utilizada no caso brasileiro a partir das diferentes visões de poder. Para isso, contextualizar o estado da arte da capacidade militar brasileira, bem como corroborá-la com os interesses de política externa e inserção internacional que moldaram a identidade do país nos últimos anos é essencial para entender sua importância em um projeção de poder do Brasil na esfera internacional.

A capacidade militar é um fator de extrema relevância como forma de relacionamento entre os países e, em um segundo momento, sobre as consequências geradas por estes vínculos. Joseph Nye (2004, p. 31) sustentava a ideia de que capacidade persuasiva do poder militar pode, em situações específicas, gerar admiração, proteção ou mesmo auxiliar os desvalidos. Dessa forma:

> [...] a capacidade militar expressar-se-ia por meio de ameaças, permitiria a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças.

Quando se trata da mensuração de tal configuração de poderio nacional, diversos são os indicadores utilizados por analistas internacionais que evidenciam a capacidade de atuação militar. Lucas Rezende (2015) considera dois índices para expressar a disponibilidade de recursos específicos para defesa e sua parcela de participação na economia: gastos totais em defesa e o percentual do PIB gasto em defesa. Já para mensurar poder militar, ou poder real, considera: número total de efetivos das Forças Armadas; número total de efetivos dos Exércitos; número total de efetivos das Marinhas; número total de efetivos das Forças Aéreas; número total de tanques; número total de peças de artilharia; número total de submarinos; número total de embarcações para guerra; número total de aviões de combate e por fim o índice de poder militar elaborado pela *Global Fire Power*[22].

---

[21]Podendo ser entendido aqui como hegemonia ou uma estruturação hierárquica no sistema.

[22] O ranking Global Firepower é estipulado pela capacidade convencional de guerra de cada nação em terra, mar e espaço aéreo. O ranking final incorpora valor alocado a recursos militares, finanças e aspectos geográficos e geopolíticos. Acesso: www.globalfirepower.com

2.2 CAPACIDADE MILITAR BRASILEIRA

Conforme já debatido acima, as capacidades militares materiais são um fator decisório na eficiência de formulação de projeção de poder internacional, tanto de forma tradicional quanto em uma composição de um modelo reputação cooperativa. É necessário, dessa forma, ressaltar as proporções das capacidades militares brasileiras a fim de aprofundar a sua relação com a inserção internacional brasileira.

As forças armadas brasileiras, segundo Chiesorin (2000) ainda não representam posição de prioridade no que diz respeito aos repasses de investimentos públicos, fato qual se reflete nos limitados recursos transferidos aos setores da Ciência e Tecnologia. Contudo,em uma perspectiva regional, o Brasil apresenta atualmente uma posição de destaque em seu poderio militar, por apresentar investimentos destinados à defesa superiores à soma dos gastos do restante dos países sul-americanos, fato visível nos indicadores do ranking do Global Firepower, no qual entre 2015-2016 o país se deslocou da posição 22ª a 15ª maior potência militar.

O índice de efetivos nas Forças Armadas indica ainda a quantidade de militares na ativa,no conjunto das três forças: Exército, Marinha e Forças Aéreas. Segundo dados fornecidos pelo Diário da União, o Brasil contou, em 2016, com um efetivo de 330 mil, tendo 1,8 milhões de reservistas e força de trabalho disponível de 107 milhões, isolando-se como líder regional em mão-de-obra militar. O exército brasileiro dispunha um efetivo de 190 mil, em 2010, e 219 mil em 2015, aumentando sua força ativa em 15,2% nesse período.

Tratando-se dos meios operacionais disponíveis, as Forças Armadas brasileiras vivem um processo de sucateamento de seus materiais, o que tende a comprometer o emprego da força destes meios. O Exército brasileiro conta, atualmente, com 1,707 veículos blindados, dentre estes 487 tanques e 112 *self-propelledguns*[23]. Em 2013, o Brasil contava com o equivalente a 27,3% do total de veículos blindados na América do Sul.

A Marinha, por sua vez, trabalha com cerca de 75 mil soldados, tornando o Brasil novamente destaque no contexto regional. Com 110 embarcações disponíveis, a força naval brasileira conta com 9 fragatas, 4 corvetas e 5 submarinos táticos, sendo uma das sete marinhas sul-americanas a possuírem submarinos. Até 2016, o Brasil estava na lista dos onze países possuidores de porta-aviões no mundo, realçando as capacidades militares em nível internacional. Entretanto, em fevereiro de 2017, foi anunciado pelo Almirantado brasileiro que a embarcação seria desmobilizada por uma série de deficiências técnicas e pelo alto custo de reparo e revitalização.

A Aeronáutica, em sua esfera apresenta uma maciça superioridade brasileira na América do Sul e Latina. Em 2010, a soma do efetivo dos demais países sul-americanos era de 79 mil, equivalente a 112% dos totais brasileiros. Em 2016, a Força Aérea do Brasil já contava com 62,7 mil homens e 12,6 mil mulheres, totalizando um efetivo de 75 mil pessoas. Quanto aos meios operacionais, o Brasil conta com um total de 735 aviações, dentre estes 43 interceptadores e 112 aeronaves de ataque[24]. A Aeronáutica brasileira dispõe ainda de 251 helicópteros, sendo 12 próprios para combate.

2.3 INSERÇÃO BRASILEIRA

[23]Em tradução livre, "Atiradores automotores".

[24]Nossa tradução. No original "fixed-wing attack aircraft".

O Brasil insere-se atualmente no sistema internacional como uma potência emergente. É uma nação detentora de abundantes recursos demográficos, energéticos, hídricos e minerais, está na linha de frente do desenvolvimento de biocombustíveis, e possui um parque industrial com grande potencial produtivo. Com o fim da Guerra Fria e a multipolarização das discussões acerca de temas de interesse global, países com agendas não-intervencionistas e defensores da rígida sujeição ao direito internacional ganharam relevância nos fóruns de discussão, o que aumenta o potencial brasileiro para obter mais influência em tais ambientes.

De acordo com Buzan, Waever e de Wilde (1998, p. 201) um complexo de segurança regional poderia ser definido da seguinte forma:

> [...] um grupo de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão interligados que os seus problemas de segurança não podem ser corretamente analisados ou resolvidos independentemente um do outro.

Como já observado anteriormente, nenhum país sul-americano seria capaz de reunir forças suficientes para enfrentar militarmente o Brasil. Contudo, nossa política externa mantém sua característica pacífica voltada à solução mediadora e de equilíbrio do poder regional, com perspectiva de resolução pacífica dos conflitos. Desse modo, as decisões brasileiras procuram transformar possíveis atritos em cooperação, operando em moderado equilíbrio entre força suficiente para assegurar o controle das fronteiras, mas abaixo de uma suposição de ameaça real. Assim, têm-se as tropas brasileiras contribuindo com mais frequência nas missões em regionais, que considera estrategicamente importantes, como o Haiti e Líbano, que serão tratados mais especificamente posteriormente.

Brigagão (2011, p. 95) aponta para a postura bicentenária da política externa brasileira:

> [...] nossa política externa voltada à solução mediadora e de equilíbrio do poder regional, com a perspectiva de resolução pacífica dos conflitos, cujo resultado da ação brasileira é percebido mais como um fator de equilíbrio do que um fator de desestabilização.

A reflexão dessa postura é a inclinação do Brasil para a participação ativa e vocal em arranjos internacionais de segurança, como na Organização das Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo a análise de Fernando Cavalcante (2010, p.7), “do ponto de vista militar, a participação do Brasil em operações de paz é uma estratégia que apresenta baixos investimentos, visto que parte dos gastos são ressarcidos pelas Nações Unidas, e alto retorno, uma vez que a participação em missões de paz possibilita às tropas a atuação em conflitos reais”. Dessa forma, o envolvimento proporciona ainda a de experiência com tropas de outros países; treinamento e avaliação das operações de comando e controle, como logística e inteligência; o emprego e aperfeiçoamento de novas tecnologias das Forças Armadas; além de simbolizar um aumento na capacidade de dissuasão e de projeção de poder do Brasil.

Entretanto, atualmente são visíveis severas mudanças na política externa brasileira. A falta de planejamento a longo prazo, nos âmbitos referentes à inserção internacional trazem a tona a incoerência dos discursos sustentados pelo Brasil e seu real posicionamento no meio

internacional. Como exemplo dessa contradição, tem-se a contingência do encerramento de 4 Missões de Paz até 2018 e a falta de perspectivas no engajamento futuro, como a ausência brasileira no Conselho de Segurança da ONU até 2033[25]. Desse modo, observa-se o perfil imediatista da estratégia de inserção internacional brasileira, caracterizado pela carência de um planejamento concreto.

O sociólogo e diretor de Inteligência e Estratégia da ArkoAdvice[26], Thiago de Aragão, destaca que o planejamento ea coerência da postura brasileira no cenário global não estão claros nos dias atuais. Segundo ele:

> Seja uma política externa centralizada no Itamaraty ou na Presidência da República, há que se ter coerência e planejamento, tendo em vista que a política externa é uma política de estado e não de governo ou de partido, isso sim trará o protagonismo de volta ao Brasil que nos últimos anos acabou por sumir de certa forma (ARAGÃO, 2014).

Dessa forma, constata-se a necessidade de desenvolver um planejamento prévio dos meios de inserção internacional adequado aos interesses nacionais, através de uma política externa sólida e nítida. Pois é fato, que uma projeção internacional de poder se faz com algum propósito e este deve estar calcado em uma estratégia nacional que vise atingir objetivos pré-estabelecidos em uma política de Estado que por si só prevê ações e consequências de curto, médio e longo prazo. Qualquer ação externa que fuja a uma realidade estratégica prévia, tende a ser imediatista e favorável a vontade de determinados grupos políticos e não do Estado, o que pode ao invés de produzir inserção e poder, trazer rechaço e desconfiança para o Estado em sua ação internacional.

3. ZONAS DE AÇÃO E INFLUÊNCIA BRASILEIRA

Segundo o Glossário das Forças Armadas brasileiras (2007), zona de influência pode ser conceituada como uma área de responsabilidade na qual o Brasil tem capacidade de influenciar diretamente no curso do combate, mediante o emprego dos seus próprios meios. As principais zonas de influência brasileira dizem respeito às suas operações de paz sob a égide da ONU, visando pacificar ou estabilizar nações assoladas pelo conflito.

A atuação brasileira em operações de manutenção de paz iniciou em 1948 ao enviar representantes oficiais da Marinha e do Exército, além de diplomatas do Itamaraty, na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB), onde operou na cooperação e no monitoramento da fronteira entre Grécia, Albânia, Bulgária e a ex-Iugoslávia, de 1947 a 1951. Salienta-se, no entanto, que a primeira operação na qual tropas brasileiras envolveram-se foi à Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) empregada no Sinai em 1956.Após a UNEF I, em 1960, o Brasil operou em mais sete ocasiões, dentre elas a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC). A partir dos anos 1970, o Brasil optou por distanciar-se das Nações Unidas. O período foi marcado pelo afastamento brasileiro nas políticas multilaterais, onde não houve interesse em ocupar um assento rotativo no

---

[25] O país ficará ausente do Conselho de Segurança das Nações Unidas até 2033 por não apresentar candidatura nos últimos anos. A única forma de ingressar novamente antes desta data será através de negociações com os demais países, por meio de sua desistência.

[26]ArkoAdvice é uma empresa brasileira dedicada à análise política, estratégica e de assuntos públicos composta por cientistas políticos, sociólogos, jornalistas e economistas.

Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e não expressou ambição em dar continuidade às operações de paz.

Já na década de 1990 o Brasil passou por uma redefinição na sua política externa e na sua política de segurança a qual refletiu em uma nova era, o regresso brasileiro ao multilateralismo na eleição de membro não permanente do CSNU no biênio 1988-1989. Vale destacar que desde então o país ocupou um assento não permanente no CSNU cinco vezes (1988-1989; 1993-1994; 1998-1999; 2004-2005; e 2010-2011). Em 1994 o Brasil lançou sua candidatura a um posto definitivo, utilizando as missões de paz como peso para ascender perante os membros permanentes. No entanto, como já citado anteriormente, atualmente o país tem modificado suas política com relação à presença no conselho, observada na sua ausência até 2033, consequência de decisões políticas internas.

Durante a nova era que transcorreu os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adquiriu uma identidade combinada na sua política externa e na sua política de segurança, diante de frustrações nas tentativas de difundir um discurso kantiano de uma segurança global, construída multilateralmente, após diversas ingerências na América Latina e a sinalização de que as potências não estavam dispostas a abrir espaço para outros Estados, o Brasil infere a necessidade do retorno a adoção de políticas mais realistas. Como Cervo (2008, p. 146) expõe:

> A evidência mais concreta da recuperação do realismo da política brasileira de segurança na era Cardoso foi o documento Política de Defesa Nacional, que seu governo levou a público em 1996. Esse passo equivalia a uma espécie de fusão da tendência kantiana do Itamaraty com a tendência realista dos militares.

No total, o Brasil realizou 53 operações de paz e missões sob a égide da ONU, seis missões estabelecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Missão de Observadores Militares Equador – Peru, criada pelo Grupo Garante. Atualmente os militares do País estão presentes em nove missões espalhadas pelo mundo (BRASIL, 2014).

3.1 ZONAS DE AÇÃO REGIONAL

O Brasil, enquanto líder regional em operações de manutenção da paz teve seu maior envolvimento no Haiti, com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). A partir de 2004 quando ocorreu o agravamento da crise política no país, o Haiti se tornou um importante tema na agenda política do Brasil. A decisão brasileira pareceria ser uma decorrência direta de um objetivo geral da política externa brasileira, portanto, a decisão brasileira de participar e liderar a Operação de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Haiti, instituída pela Resolução nº 1.542, de 30 de abril de 2004, deve ser entendida no contexto geral da evolução da política externa brasileira e de sua redefinição a partir dos anos 90.

O envolvimento brasileiro em operações de paz pode ser observado como um caminho para sua projeção internacional em busca de seu desejo de, a partir do engajamento na MINUSTAH, tornar-se mais ativo e influente internacionalmente. Cabe destacar que a decisão de liderar a MINUSTAH esteve também ligada à crescente agenda militar brasileira e à melhoria das relações civis-militares. Essa participação possibilita às tropas uma forma de treinamento ou de manter em estado de prontidão as Forças Armadas, proporciona ainda a

troca de experiência com tropas de outros países, além de aplicar e o aperfeiçoar as tecnologias das Forças Armadas, bem como a ascendência brasileira nos principais debates sobre segurança internacional e consolidação da paz.

Da mesma forma, é preciso ter claro, que o processo de envolvimento brasileiro na operação foi denominado como uma intervenção humanitária por decorrer de uma demanda do governo haitiano naquele período. Especificamente, o mandato demanda que a MINUSTAH

> Ajude o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com as normas de policiamento democrático, incluindo através de exame de antecedentes e certificação de seu pessoal, assessoramento sobre sua reorganização e formação, incluindo formação em questões de gênero, e a supervisão e treinamento dos membros da Polícia Nacional Haitiana(ONU, 2004).

Bem comoprestar assistência ao Governo de Transição, particularmente à Polícia Nacional Haitiana, mediante programas amplos e sustentáveis de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluindo mulheres e crianças associadas a tais grupos, assim como medidas de segurança pública e controle de armamentos.No estabelecimento da MINUSTAH gangues locais e grupos de ex-militares armados controlavam áreas consideráveis das maiores cidades do país e chegavam mesmo a atuar ilegalmente como forças locais de segurança.

Entretanto, a missão tem falhado extensivamente nas tarefas que lhe foram atribuídas, desde investigação dos casos de violação dos direitos humanos, até a implementação de um eficiente programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para reestabelecer a segurança do país, tão fundamental em operações de pós conflito. Na verdade, grande parte do apoio às operações da polícia aconteceu em questões logísticas, visto que a polícia haitiana comprovadamente esteve envolvida em abusos, prisões arbitrárias e assassinatos. Apesar de o mandato determinar que a força “preste assistência no restabelecimento e manutenção do Estado de Direito, segurança pública e ordem pública no Haiti através da provisão de, entre outras coisas, apoio operacional à Polícia Nacional Haitiana”, o papel da missão não se reduz ao apoio operacional (ONU, 2004).

Os resultados obtidos nas dimensões política e dos direitos humanos não parecem ter atingido as expectativas iniciais da ONU, em contrapartida, os resultados das ações na área de segurança nos últimos cinco anos parecem ter contribuído para uma redução nos níveis de violência direta no Haiti. As operações contribuíram para restaurar, ainda que parcialmente, a confiança e o respeito da população na Polícia Nacional, minados devido às denúncias de corrupção e aos abusos aos direitos humanos. Dentre as ações com resultados mais visíveis, destacam-se aquelas que garantiram a segurança do processo eleitoral em 2006 e aquelas que, no início de 2007, levaram à ocupação da maior favela de Porto Príncipe, *Cité Soleil* (GOMIDE, 2007; CSNU, 2006), contudo, a dimensão da segurança permanece frágil, e a gravidade da situação socioeconômica no Haiti, juntamente com os constantes abusos aos direitos humanos ainda estão presentes e ameaçam a manutenção da estabilidade.

O comprometimento nas operações de manutenção da paz é crucial para que o Brasil obtenha prestígio e credibilidade para participar mais ativamente das discussões regionais e globais sobre segurança. A participação nas missões também fortalece e ajuda a garantir o acesso aos principais espaços normativos e políticos, inclusive sobre o uso da força e a proteção de civis. Porém, no caso do Haiti, o que iniciou com aspirações de respeito, notoriedade e influência internacional, devido à falta de planejamento, parece ter se tornado

um embaraço, que levantou muitos questionamentos externos e internos sobre as capacidades de articulação brasileiras.

3.2 ZONA DE AÇÃO INTERNACIONAL

Como parte do seu comprometimento para com a promoção da paz no plano internacional, o Brasil tem um longo histórico de participação em operações de paz fora do âmbito regional. Essas contribuições podem ser observadas em diversos casos, tanto diplomaticamente, nas participações ativas em fóruns do Comitê Especial sobre Operações de Paz, quanto militarmente na disponibilização de tropas, observadores militares, armamentos bélicos, policiais e civis.

Atualmente, apesar de o engajamento brasileiro ter perdido certa notoriedade de ação nas missões de paz dentro do ranking de países contribuintes[27], o país ainda é considerado pela ONU como um grande dirigente nas questões de manutenção da paz, principalmente por cunhar o termo Responsabilidade ao Proteger[28] (RWP) em lugar da Responsabilidade de Proteger (R2P)[29] nas operações em que lidera, pode-se observar esse comprometimento mais claramente na operação liderada no Líbano - UNIFIL (FONSECA JR; BELLI, 2013).

Historicamente, o Líbano foi marcado por tensões religiosas entre palestinos e israelenses durante décadas. Todavia, os conflitos tiveram início após 1970, quando muitos palestinos foram expulsos da Jordânia e se refugiaram no Líbano. No mesmo houve a formação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), a qual travou ataques contra Israel, o que levou tal país a revidar as agressões e empregar incursões armadas na região. Em resposta à invasão israelense, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou duas resoluções, a primeira, estabelecia o cessar-fogo, a segunda criava a Força Interina das Nações Unidas (UNIFIL). Seus objetivos imediatos eram providenciar a retirada das forças israelenses que haviam invadido o Líbano em 1975, restaurar a paz internacional e a segurança no local (ABDENUR; SOCHACZEWSKI, 2016).

Nesse sentido, vale salientar que o envolvimento brasileiro para com a manutenção da paz na operação UNIFIL só teve início em 2006, após conflito entre o Hezbollah e as Forças de Defesa de Israel, quando o mandato da missão de estabilização da paz obteve um direcionamento mais específico, incorporando a chamada Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL que o Brasil foi convidado a assumir a liderança, tendo em vista suas conquistas no Haiti na época. O pedido foi atendido pelo Congresso Nacional visando o interesse brasileiro em voltar à cena política e participar através de soluções para as divergências internacionais no Oriente Médio, o qual autorizou a Marinha do Brasil não só a enviar uma fragata, como também a comandar a força-tarefa enviada pela ONU ao Líbano.

A partir de então, as tropas brasileiras vem promovendo diversas operações compostas por complexas missões multidimensionais, observadas no treinamento que a FTM emprega

---

[27] Em 2012, o país ocupou a 12ª posição no ranking de países contribuintes de tropas e policiais, atualmente se encontra na 21ª colocação. Com o término da MINUSTAH e a gradual retirada de todas as tropas, projeta-se que o país estará em torno da 50ª posição (UNITED NATIONS, 2017).

[28] Responsabilidade ao proteger é um conceito relacionado à proteção de civis em conflitos armados cunhado no discurso da então Presidenta Dilma Rousseff no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidos realizada em Setembro de 2011. .

[29] Responsabilidade de proteger é um compromisso político global, endossado por todos os Estados membros das Nações Unidas na Cimeira Mundial de 2005 para impedir genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade.

aos oficiais libaneses. Posto que, a intenção da intervenção de manutenção de paz brasileira é para além da estabilização do cenário de conflito instaurado no país, visando trabalhar, ao mesmo tempo, no treinamento do LAF-N, para que as forças armadas libanesas possam realizar no futuro, com suas próprias capacidades, todas as tarefas necessárias para assumir o controle de suas águas territoriais.

Dessa maneira, pode-se analisar que o Brasil almeja na sua participação em território Libanês promover uma política de segurança stricto sensu, tornando, dessa forma, a operação de manutenção da paz um conceito além da instauração da ordem interna e do policiamento do desarmamento, consagrando, de fato uma estabilidade duradoura (HYAR, 2015).

Evidencia-se, por fim, que o sucesso observado na manutenção da paz do Líbano advém dessa aproximação integrada da estratégia das operações de paz para com a "consolidação da paz"[30], fazendo com que os comandantes analisem os aspectos sociais, políticos, culturais, religiosos, econômicos, os fatores ambientais e humanitários no planejamento e condução de operações militares. Outro fator decisório no êxito da missão é a busca constante de capacitação e aprofundamento no treinamento de civis conjuntamente as forças militares brasileiras, coordenadas pelo Centro de Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPB) que atua mediante a promoção de cursos, estágios e exercícios (UNITED NATIONS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o estudo realizado teve a pretensão de analisar os desafios e as ambições brasileiras no que tange a sua inserção internacional através da atuação nas missões de manutenção da paz, além de debater a projeção e a identidade internacional que o país constrói pautado no poder militar e a sua multidimensionalidade dentro das nove operações de paz que está presente atualmente, trazendo em análise um foco mais específico nas operações MINUSTAH e UNIFIL.

Quando missões como a MINUSTAH e a UNIFIL são colocadas lado a lado, observa-se uma disparidade entre as estratégias de operações. Apesar de a UNIFIL apresentar uma demanda apenas marítima e a MINUSTAH apresentar uma abordagem mais complexa, pode-se analisar o maior sucesso da operação no Líbano, visto a integração da estratégia da operação de paz para com a "consolidação da paz". No entanto, é necessário trazer nesta análise, que apesar do sucesso na UNIFIL e erros estratégicos na MINUSTAH, em nenhum dos dois casos o Brasil conseguiu criar laços de identidade que o projetarão como ator influente no sistema. A questão do planejamento permanece escassa e carece ao Brasil uma definição de suas políticas estratégicas, o país parece não possuir uma clara compreensão dos benefícios que a estabilidade dos Estados que estão no seu entorno estratégico e os Estados em que o Brasil possui interesses podem acarretar.

Ao aceitar a liderança da MINUSTAH em 2004 as ambições eram evidentes, porém o caminho para converter a ambição em algo concreto permaneceu muito incerto, o Brasil não traçou um plano de ação e um plano de saída que garantisse a estabilidade do Haiti. Toda e qualquer atuação que busca uma projeção internacional de poder deve estar calcada em uma estratégia nacional que procure atingir objetivos pré-estabelecidos que correspondam ao interesse do país, presentes em uma política de Estado que por si só prenuncie os fins e os meios.

---

[30] Nossa tradução. No original:*peacebuilding*

Dessa forma, é crucial que o Brasil fortaleça e desenvolva suas capacidades, não necessariamente em números, mas em melhorias na composição das equipes, no treinamento e na abordagem utilizada durante as missões. O engajamento brasileiro na prevenção e resolução de conflitos se manifesta em indiscutíveis oportunidades, mas para transformar tais oportunidades em resultados palpáveis o imperativo basilar é o planejamento prévio a qualquer envolvimento externo, através de uma política sólida e perceptível para superar os desafios encontrados, sem tal delineação o Brasil corre o risco de continuar com práticas de caráter imediatista e ao invés de projetar poder, projetar suas extensivas falhas.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOCHACZEWSKI, Monique. **O Brasil e a UNIFIL**: A participação de militares brasileiros junto ao contingente espanhol, 2016.

ADLER, Emanuel. **O construtivismo no estudo das relações internacionais.** Lua Nova. N.47, 1999, pp. 201-246.

ALSINA JR., J. P. S. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Rev. Bras. Polit. Int.: p. 173-191. 2009.

AMORIM. Celso. **Discurso a Criação e Inovação na Política Externa Brasileira** [jan. 2008]. Programas de pós-graduação em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ARAGÃO, Thiago de. **Especialistas: política externa do Brasil fraquejou por incoerência e falta de planejamento.** 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/478651-ESPECIALISTAS-POLITICA-EXTERNA-DO-BRASIL-FRAQUEJOU-POR-INCOERENCIA-E-FALTA-DE-PLANEJAMENTO.html>. Acesso em: 26 abr. 2017.

AYRES PINTO, Danielle Jacon. **O *smartpower* como um novo projeto de poder na esfera internacional: uma análise do Brasil e sua inserção internacional nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 2016.

BALDWIN, David A. **Power and International Relations: A conceptual approach.** Princeton University Press, 2016.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti.**Contexto internacional**, v. 33, n. 2, p. 315, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armada**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf>

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de Paz**. 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Paz, segurança internacional e a inserção brasileira**. Porto Alegre, 2011.

BIGATÃO, Juliana de Paula. **Do Fracasso à Reforma das Operações de Paz das Nações Unidas** (2000-2010), 2015.

BUZAN, Barry, WAEVER, Ole, De WILDE, Jaap.**Security: a new framework for analysis**. Boulder: LynneRiennerPublishers. 1998.

CASTRO, L. A. de A. **Perspectivas das relações do Brasil com as organizações internacionais**. In: Seminário política externa do Brasil para o século XXI, Brasília. 2002.

CAVALCANTE, Fernando. **Revisitando o debate nacional: cinco anos de missões no Haiti**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

CAVALLARO, James L. Relatório "Mantendo a Paz no Haiti?: uma avaliação da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o seu mandato como parâmetro de sucesso".**HARVARD Law Studentsadvocates for HumanRights& CENTRO de Justiça Global.** Rio de Janeiro: Março de, 2005.

CHIESORIN, Paulo Henrique. A indústria brasileira de material de defesa. **Conjuntura atual e seus reflexos para a defesa nacional**, v. 43, 2000.

FONSECA NETO, Jovino Pereira da.**A MINUSTAH como um ponto de inflexão da política externa brasileira na área de segurança internacional**. 2015. Dissertação de Mestrado. FEUC.

FONSECA JR, Gelson; BELLI, Benoni.Desafios da responsabilidade de proteger. **Revista Política Externa**, v. 21, n. 4, p. 11-26, 2013.

FONTOURA, P. R. C. T. da.**O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999.

GOMIDE, R. Força de paz no Haiti conquista foco de milícias. Folha de São Paulo, Mundo. São Paulo, 01 Mar 2007.

HYAR, Albert Zaki. **O PAPEL DO BRASIL NA UNIFIL**. 2015. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia., Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2015.

LANNES, U. L. P. **O Brasil e as operações de manutenção da paz**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998.

LUCENA, LaryssaLyryanne M. O Brasil e aMINUSTAH – ou a busca de novos parâmetros para uma política externa brasileira "altiva" e "ativa" em operações de paz das Nações Unidas. **Século XXI**, v. 5, n. 1, p. 129-149, 2014.

MEDEIROS, Sabrina Evangelista. **Modelos de Reputação Internacional e Paradigmas de Política Externa.** CONTEXTO INTERNACIONAL – vol. 33, n. 2, julho/dezembro 2011, p. 435 – 453.

NYE (Jr.), Joseph S. **The future of Power.** Nova Iorque: PublicAffairs, 2011.

________________ . Soft Power: the Means to Success in World Politics. New York: PublicAffairs, 2004.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce**. Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

SOUZA, Graziene Carneiro de. MONUSCO: a atuação brasileira em operações de paz robustas.**Brasiliana-Journal for BrazilianStudies**, v. 3, n. 2, p. 169-196, 2015.

UNITED NATIONS.**PEACEBUILDING COMMISSION.**Disponívelem: <http://www.un.org/en/peacebuilding/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

___________________. **PEACEKEEPING**. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml>. Acesso 5 abr. 2017

___________________. Resolução 1542, 30 abril de 2004. Disponível em:

<http://www.un.org/press/en/2004/sc8083.doc.htm>.Acesso em: 12 abr. 2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva** / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

WENDT, Alexander. ***Anarchy is what State make of it: the Social Construction of Power Politics. InternationalOrganization.*** V. 46. N. 2. 1992, p. 391-425.

________________. **Teoria Social da Política Internacional.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2014.